

R.A. 203.485/2023

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA -SPE S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
Com relatório do auditor independente

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis ...	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

Administradores e Acionistas da
Transmissora de Energia Campinas Itatiba – SPE S.A.
São Paulo – SP

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora de Energia Campinas Itatiba – SPE S.A. (Companhia), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro 2022 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2023.



LCC AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP029650/O-4

Marcello Lopes dos Santos
CRC N° 1SP188429/O-2

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.283	797
Contas a receber	5	2.739	2.132
Despesas antecipadas		-	28
Adiantamentos a fornecedores		110	14
Ativo contratual da concessão	8	8.526	7.412
		17.658	10.383
Ativo não circulante			
Aplicação financeira vinculada	6	8.179	-
Cauções e depósitos judiciais	7	-	4.920
Outros créditos		36	-
Ativo contratual da concessão	8	191.825	173.564
		200.040	178.484
Total do ativo		217.698	188.867
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	9	202	1.036
Debêntures	10	6.811	5.262
Obrigações tributárias	12	325	251
Encargos regulatórios	11	195	-
		7.533	6.549
Não circulante			
Debêntures	10	103.109	81.325
Partes relacionadas	13	-	27.321
Provisões para litígios	14	2.624	7.762
Impostos e contribuições diferidos	15	13.384	12.366
		119.117	128.774
Patrimônio líquido	16		
Capital social		49.599	20.923
Reservas de lucros		41.449	32.621
		91.048	53.544
Total do passivo e patrimônio líquido		217.698	188.867

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Demonstrações de Resultado em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita operacional líquida	17	41.331	18.139
Custo dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção		(578)	(18.607)
Custo de construção	18	<u>(578)</u>	<u>(18.607)</u>
		(578)	(18.607)
Lucro bruto		40.753	(468)
(Despesas) / receitas operacionais		<u>(2.301)</u>	<u>(835)</u>
Gerais e administrativas	18	(2.301)	(835)
Resultado operacional		<u>38.452</u>	<u>(1.303)</u>
Resultado financeiro, líquido	19		
Receitas Financeiras		610	13
Despesas financeiras		<u>(13.555)</u>	<u>(4.582)</u>
		(12.945)	(4.569)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		<u>25.507</u>	<u>(5.872)</u>
IRPJ e CSLL corrente		(84)	(5)
IRPJ e CSLL diferido		<u>(1.296)</u>	<u>(695)</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		<u>24.127</u>	<u>(6.572)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	24.127	(6.572)
Outros resultados abrangentes	-	-
Prejuízo líquido do exercício	<u>24.127</u>	<u>(6.572)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	20.923	1.683	37.510	-	60.116
(Prejuízo) do exercício	-	-	-	(6.572)	(6.572)
Destinação do lucro do exercício					
Reserva de lucros a realizar	-	-	(6.572)	6.572	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.923	1.683	30.938	-	53.544
Aumento de capital	28.676	-	-	-	28.676
Dividendos propostos	-	-	(15.300)	-	(15.300)
Lucro do exercício	-	-	-	24.127	24.127
Destinação do lucro do exercício					
Reserva de lucros a realizar	-	1.206	22.921	(24.127)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	49.599	2.889	38.560	-	91.048

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	24.127	(6.572)
Encargos de debêntures	5.410	3.012
Atualização do ativo contratual	(15.509)	(17.163)
Margem de construção do ativo contratual	(22.758)	17.135
Receita de Operação e Manutenção	(4.962)	-
Rendimento sobre aplicações vinculadas	(179)	-
PIS e COFINS correntes e diferidos	1.471	922
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	1.296	754
	(11.104)	(1.912)
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber	(607)	(2.132)
Impostos a recuperar	-	4
Despesas antecipadas	28	121
Adiantamentos a fornecedores	(96)	(13)
Cauções e depósitos judiciais	4.920	259
Outros créditos	(37)	-
	4.208	(1.761)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(833)	(6.574)
Partes relacionadas	(27.321)	25.388
Debêntures	4.489	12.639
Obrigações tributárias	73	(1.173)
Encargos regulatórios	195	-
Impostos e contribuições diferidos	(1.748)	(346)
Provisões para litígios	(5.138)	261
	(30.283)	30.195
Caixa líquido originado das atividades operacionais	(37.179)	26.522
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativo contratual da concessão	23.854	(15.666)
Aplicações financeiras vinculadas	(8.000)	-
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	15.854	(15.666)
Atividades de financiamentos		
Aumento (redução) de capital	28.676	-
Pagamento de dividendos	(15.300)	-
Emissão de debêntures	21.300	-
Pagamento de juros de debêntures	(7.865)	(10.086)
Caixa aplicado em atividades de financiamento	26.811	(10.086)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	5.486	770
Caixa e equivalentes no início do exercício	797	27
Caixa e equivalentes no fim do exercício	6.283	797
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	5.486	770

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A. “Campitiba” é uma sociedade empresária anônima de capital fechado, cujo objeto social único e exclusivo é a prestação de serviços públicos de transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, Operação e Manutenção das Instalações de Transmissão do Sistema Interligado Nacional. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia encontra-se em fase operacional, tem prazo de duração determinado, perdurando, desta forma, até a consecução de seu objeto social e pelo prazo necessário para o cumprimento integral das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão Administrativa, celebrado com a União por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Efeitos COVID-19

Desde o início da crise decorrente da pandemia do COVID-19, a Companhia vem adotando série de medidas com vistas a preservação de seus colaboradores, bem como minimizar quaisquer impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. Dentre as ações aplicadas estão:

Na parte Corporativa:

- Criação de Comitê de Crise com a presença dos Diretores e Gerentes;
- Criação do Comitê de Gestão de Fornecedores, para garantir a continuidade da operação e andamento das obras;
- Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores e seus parentes sobre o novo Coronavírus;
- Adoção de home office (exceto para operação e manutenção – plano contingencial);
- Cancelamento de viagens (exceto projetos em construção e atividades operacionais) e substituição por videoconferências;
- Cancelamento de participação em eventos.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

Na parte financeira:

- Todas as captações para financiar a construção da linha de transmissão foram realizadas antes do início da crise;
- Considerando o contexto atual dos mercados de capitais mundiais, em especial, o mercado de capitais brasileiro, as captações foram concluídas durante o exercício, com o objetivo de concluir a construção, reforçar a posição de caixa da Companhia e amortizar das dívidas que vencem no curto e médio prazo.

Na parte dos projetos em construções:

- Recebimento de notificações de empresas terceirizadas relatando dificuldades em manter ritmo de trabalho nas obras;
- Utilização dos Decretos Federais 10.282/20 e 10.292/20 – vedam a restrição de circulação de trabalhadores que possa afetar serviços públicos essenciais para realização das obras.

1.1. Da concessão

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	14/2016
Prazo (anos)	30 anos
Vencimento	2046
Revisão tarifa periódica – (prazo)	5 anos
Revisão tarifa periódica – (próxima)	2026
Índice de correção	IPCA
Receita anual permitida (RAP)	
R\$ mil	24.843
Mês base	07/2022

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 14/2016 - ANEEL, datado de 27 de junho de 2016, celebrado com a União, por intermédio da ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica decorrente do Edital do Leilão Nº 13/2015 ANEEL, processo Nº48500.003580/2015-77 e de seus eventuais aditamentos e/ou prorrogações, outorgou à Companhia, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na instalação de transmissão no estado de São Paulo, composta pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Campinas-Itatiba, de 500 kV, circuito simples, com origem na Subestação Campinas e término na Subestação Itatiba, com 25,1 KM de extensão, composto por conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, em cumprimento ao Contrato de Concessão de Concessão.

A Campitiba disponibilizou suas instalações de transmissão para início das operações em 07 de novembro de 2021. E a partir da entrada em operação passou a ter direito a RAP.

1.2 Licenças ambientais (Informações não auditadas)

O órgão responsável pelas licenças ambientais da Companhia é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, por meio de seu escritório regional de Uberlândia no Estado de Minas Gerais.

Conforme cronograma do contrato de concessão, a Companhia apresenta os seguintes prazos para a obtenção das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

- Licença Prévia (LP): até 26 de julho de 2023. Obtida em 27 de julho de 2018;
- Licença de Instalação (LI): até 14 de maio de 2025. Obtida em 15 de maio de 2019;
- Licença de Operação (LO): até 30 de maio de 2031. Obtida em 31 de maio de 2021.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

1.3 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A transmissão de energia elétrica pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão.

De acordo com o contrato de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. Apresentação das informações contábeis e base de elaboração das informações contábeis

As informações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas pela Diretoria em 22 de março de 2023.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia segue também as orientações descritas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e as normas definidas pela ANEEL-Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Administração entende que todas as informações relevantes estão evidenciadas nas demonstrações contábeis, e correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis são mensuradas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

2.3. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e de constituição de ativos.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Ativos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária atua como prestador de serviço. A Concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

Ativo de Concessão – contratual - O ativo contratual origina-se da obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. À medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo contratual, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado de fluxo de caixa futuro e é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos e podem gerar o direito de indenização do Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. Este fluxo de recebimentos é atualizado pela taxa ou índice que remunera o ativo, estabelecida no início de cada projeto.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao valor provável de recuperação dos ativos.

3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.7 Provisões para litígios

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias, devido às imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

3.8 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

3.9 Passivos financeiros

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo contratual para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia.

Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

3.10 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigidos, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos.

3.11 Instrumentos financeiros

Conforme o IFRS 9 / CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 / CPC 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da empresa são substancialmente representados por aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do Caixa e equivalentes de caixa (nota 4) Caixa e equivalentes de caixa e (nota 9) Ativo Contratual da concessão, ambos classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da empresa estão substancialmente representados por, (nota 10) Fornecedores, (nota 11) Debentures e (nota 13) Partes Relacionadas os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Em relação aos passivos financeiros, adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

3.12 Imposto de Renda e Contribuição social corrente e diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anuais para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido serão calculados com base no regime do lucro presumido.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.13 Ajuste de valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das informações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.14 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

Atualmente, como a Companhia encontra-se em fase de operação, possui em seus registros a receita de construção, a qual se refere aos Serviços de implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e de atualização do ativo contratual.

Receita de transmissão de Energia Elétrica (receita de atualização do ativo contratual e de construção)

• **Receita de infraestrutura**

No período pré-operacional, a receita é referente aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica.

As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita Anual Permitida prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

• **Remuneração dos ativos de concessão**

São registradas as receitas de remuneração dos ativos da concessão referente aos juros reconhecidos com base na taxa de retorno sobre o montante a receber da receita de infraestrutura. A taxa ou índice busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

- **Receita de operação e manutenção**

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção. A receita consiste na remuneração pela Operação e Manutenção visando a não interrupção da disponibilidade das instalações.

3.15 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação (incluindo ajustes por bônus e emissão de direitos).

O Resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações, por empregados.

3.16 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, aprovados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

- **IAS 16 – Ativo imobilizado:** A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado;
- **IFRS 3 – Combinação de Negócios – Alterações nas referências à Estrutura Conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3/CPC 15 para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do ‘dia 2’ decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.
- **IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a entidade não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

- **IFRS 9 *Financial Instruments* - Taxas no teste de ‘10 por cento’ para baixa de passivos financeiros:** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

A adoção dessas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2022).

Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações do IASB, aplicáveis ao CPC:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, caso aplicável, quando entrarem em vigor.

- **Alteração da norma IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** Em maio de 2021, o IASB divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. **Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2023.**

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

• **Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações no IAS 1 (norma correlata ao CPC 26), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. **As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.**

• **Alterações ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. **As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicadas para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.**

• **Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. **As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida.** Já que as alterações ao *Practice Statement 2: Making Materiality Judgements* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

A Companhia estima que a adoção dessas normas e alterações não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (**1º de janeiro de 2023**).

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bancos conta Movimento	1	500
Aplicações financeiras	6.282	297
	<u>6.283</u>	<u>797</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em dezembro de 2022 e de 2021, as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, foram prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estavam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Contas a receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Concessionárias e Permissionárias	2.739	2.132
	<u>2.739</u>	<u>2.132</u>

6 Aplicações financeiras vinculadas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações financeiras vinculada	8.179	-
	<u>8.179</u>	<u>-</u>

O saldo da Aplicação financeira vinculada refere-se a conta reserva vinculada as Debentures da Companhia. Compostos das seguintes obrigações perante às Debentures conforme clausula **7. “Vencimento Antecipado”** de acordo com o item **(xxxiv)** após 4 (quatro) meses do Completion Físico, caso não ocorra a manutenção, pela Emissora, de caixa mínimo equivalente a R\$2.000 (dois milhões de reais) (“**Caixa Mínimo**”) e item **(xxxii)** não constituição, em até 30 dias após o Completion Financeiro, de conta reserva para o pagamento de juros e principal das Debentures (“**Conta Reserva**”), observado que o valor da Conta Reserva não poderá ser inferior a R\$6.000 (seis milhões de reais). Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da Aplicação financeira vinculada é R\$8.179.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

7 Cauções e depósitos judiciais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos judiciais - desapropriações	-	4.920
	<u>-</u>	<u>4.920</u>

Os depósitos efetuados pela Companhia, representam o valor depositado no decorrer de um processo, antes da decisão final. Seu objetivo é garantir que, caso a condenação realmente ocorra, a sentença seja cumprida. Estes depósitos estão vinculados aos processos em andamento, registrados da conta de Provisão de contingências em servidões. A movimentação do saldo entre o exercício de 2021 e 2022 é decorrente de decisão favorável a companhia sobre parte dos processos de servidão e com isso ocorreu sua reclassificação para o intangível e o saldo remanescente foi reclassificado para o imobilizado em curso.

8 Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão da Companhia é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo contratual da concessão em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	<u>180.976</u>	<u>165.282</u>
Adições custo de construção	1.443	18.607
Adições (operação e manutenção)	4.962	356
Juros e atualização financeira	15.509	17.163
Margem de construção	22.758	(17.135)
Recebimento (Receita Anual Permitida - RAP)	<u>(25.297)</u>	<u>(3.297)</u>
Saldo final	<u>200.351</u>	<u>180.976</u>
WACC	0,82%	0,82%
Margem de construção	21,50%	15,10%
Circulante	8.526	7.412
Não circulante	<u>191.825</u>	<u>173.564</u>
	<u>200.351</u>	<u>180.976</u>

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

O cálculo do ativo da concessão foi feito com base em análises que envolviam o julgamento no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, das práticas adotadas em Normas Internacionais-IFRS, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura como ativo contratual. Para compor esse cenário, abaixo descrevemos as premissas adotadas:

- Taxa ou índice de atualização do Ativo Contratual baseado no WACC conforme valores mencionados no Contrato de Concessão e informações referente ao Custo do Capital calculados no BID do Investimento, estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, e é utilizada para remunerar o ativo contratual durante o período de construção.
- Margem de construção calculada com base em projeções financeiras referente aos custos de Capex, Opex e RAP; após a entrada em operação comercial, a taxa ou índice será revisado de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção e com base também na RAP e no custo de operação e manutenção.

8.1 Receita Anual Permitida (RAP) – Indisponibilidade da Rede

A Companhia recebeu penalidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) por atraso na entrada em operação (Indisponibilidade da Rede) no valor total de R\$ 2.358. A penalidade seria descontada da RAP em 18 parcelas fixas. Em 23/05/2022 foi proferida a sentença pelo juiz solicitando ao ONS à recontabilização de eventuais descontos realizados até a conclusão do respectivo processo administrativo, após essa decisão do juiz foi devolvido a Companhia os valores descontados.

9 Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Materiais e serviços	<u>202</u>	<u>1.036</u>
	<u>202</u>	<u>1.036</u>

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável. Na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais

10 Debêntures

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	5.262	3.901	81.325	77.121
Emissão de Debêntures	-	-	21.300	-
Amortização de principal debêntures	(3.454)	-	-	-
Amortização de juros debêntures	(7.865)	(5.228)	-	(4.858)
Transferência longo x curto prazo	1.869	2.347	(1.869)	(2.347)
Juros sobre debêntures	8.151	3.855	2.275	3.511
Variação monetária sobre debêntures	2.848	387	-	7.820
Apropriação de custos	-	-	78	78
	6.811	5.262	103.109	81.325

As Partes, (1) TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS-ITATIBA SPE S.A., (2) VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, (3) F3C EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A e (4) ARCANJO GONZALEZ, celebraram, em 18 de setembro de 2019, o “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Transmissora de Energia Campinas-Itatiba SPE S.A.”, o qual foi devidamente registrado na JUCESP sob o nº ED003101-0/000, em 04 de outubro de 2019 (“Escritura de Emissão”);

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

(i) a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em duas séries (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente) foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 18 de setembro de 2019 (“AGE Emissora”), cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP sob o nº 531.115/19-7, em 04 de outubro de 2019, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP) e no jornal “Gazeta de São Paulo”, nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações;

(ii) em 04 de outubro de 2019 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas, a ser registrada JUCESP, por meio do qual foram aprovadas as matérias objeto deste Primeiro Aditamento (“AGD”);

RESOLVEM as Partes, por meio da escritura e na melhor forma de direito, firmar o Primeiro Aditamento, para emissão de debêntures.

1. Número da Emissão

A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) sendo R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) referentes às Debêntures da 1ª Série (conforme abaixo definido) e R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) referentes às Debêntures da 2ª Série (conforme abaixo definido), observada a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, nos termos da Cláusula 3.7.8 abaixo.

3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

A Emissão será composta de 90.000 (noventa mil) Debêntures, sendo 70.000 (setenta mil) debêntures da 1ª série (“**Debêntures da 1ª Série**”) e 20.000 (vinte mil) debêntures da 2ª série (“**Debêntures da 2ª Série**”, em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, “**Debêntures**”), observada a possibilidade de distribuição parcial das Debêntures, nos termos da Cláusula 3.7.8 abaixo.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

A Emissão será realizada em 2 (duas) séries. Sem prejuízo ao disposto na Cláusula 3.6 abaixo, as Debêntures serão emitidas na forma do artigo 2º, parágrafo 1º e 1º-B da Lei 12.431 e do Decreto 8.874, observadas as disposições presentes e respeitando os limites permitidos nas Portarias do MME, da ANEEL e demais órgãos regulatórios competentes.

iii) Liberação financeira da 1º emissão e da 2º emissão

1º Emissão

O valor de R\$ 70.000 (Setenta milhões de reais) referente a 1º emissão foi liberado nas seguintes datas:

<u>Data</u>	<u>Valor</u>
03/10/2019	30.000
04/12/2019	30.000
16/06/2020	10.000
	<u>70.000</u>

2º Emissão

A liberação da 2º série estava condicionada ao cumprimento do Completion Financeiro de acordo com a cláusula 4.3.1.4 da referida escritura. Em 07 de dezembro de 2022 ocorreu a integralização total da 2º série compostas por 20.000 debentures ao valor de R\$ 1 que totalizou o montante de R\$ 21.300 (Vinte e um milhões e trezentos mil reais).

11. Encargos Regulatórios

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
FNDCT	17	-
MME	8	-
CDE	5	-
P&D	77	-
Taxa de fiscalização	88	-
	<u>195</u>	<u>-</u>

Os encargos regulatórios referem-se à apuração dos repasses obrigatórios calculados com base na receita líquida do período.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

12 Obrigações tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
	2	1
Retenções federais de fornecedores	18	26
ISS a recolher	5	12
PIS e COFINS a recolher	78	123
IRPJ e CSLL a recolher	224	90
	325	251

13 Partes relacionadas

	31/12/2022	31/12/2021
F3C Investimentos S.A.	-	27.321
	-	27.321

Refere-se a contrato de mútuo realizado entre as partes.

A movimentação do saldo entre o exercício de 2021 e 2022 é decorrente de reclassificação do saldo de mutuo como AFAC e posterior integralização ao capital social.

14 Provisões para litígios

A Companhia é parte em ações judiciais e processos perante tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões ligadas a servidões.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as obrigações legais e as perdas prováveis estimadas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as provisões para litígios e contingências em servidões está apresentado, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões para contingências em servidões	2.624	7.762
	2.624	7.762

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

14.1 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos fiscais cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Processo tributário - IRPJ e CSLL (a)	2.679	263
	<u>2.679</u>	<u>263</u>

(a) Processo nº 5025565-25.2019.4.03.6100 – A Companhia realiza o cálculo de sua apuração do IRPJ/CSLL, considerando os percentuais de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) e não pela presunção de 32%.

15 Impostos e contribuições diferidos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS diferido (a)	1.302	1.205
COFINS diferido (a)	6.011	5.561
Imposto de renda – IRPJ diferido (b)	3.907	3.598
Contribuição social – CSLL diferido (b)	2.164	2.002
	<u>13.384</u>	<u>12.366</u>

(a) Os saldos de PIS e COFINS diferidos são relativos às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurados sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, através da RAP – Receita Anual Permitida.

(b) Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1)) e adoção do CPC 47, bem como da Instrução Normativa 1753/17 reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, através da RAP – Receita Anual Permitida.

A Companhia adotou o regime de lucro presumido. E para registro do imposto de renda e contribuição social diferidos, a Companhia adotou as alíquotas de presunção, tendo em vista que estas mesmas alíquotas serão base para tributação dos lucros futuros.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social:

Em 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito e integralizado está representado por 49.599.268 ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
F3C Investimentos S.A.	49.598	49.598	99,998%
Arcanjo Gonzalez	1	1	0,002%
	49.599	49.599	100,00%

16.2. Reserva de lucros a realizar

Com base na Lei 6.404/76 a reserva de lucros a realizar deve ser apenas utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos.

17 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	22.758	1.828
Receita de atualização do ativo contratual	15.509	17.163
Receita de operação e manutenção	4.962	-
Receita Bruta	43.229	18.991
(-) PIS sobre Receita - diferido	(262)	(152)
(-) COFINS sobre Receita - diferido	(1.209)	(700)
(-) Encargos regulatórios	(427)	-
Deduções da Receita	(1.898)	(852)
	41.331	18.139

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

18 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Despesa	Total	Custo	Despesa	Total
Custo de construção	(578)	-	(578)	(18.607)	-	(18.607)
Pessoal	-	(1)	(1)	-	(1)	(1)
Material	-	(247)	(247)	-	(1)	(1)
Serviços de terceiros	-	(4.819)	(4.819)	-	(807)	(807)
Seguros	-	(29)	(28)	-	(24)	(24)
Arrendamentos e aluguéis	-	(203)	(203)	-	-	-
Tributos	-	(2)	(2)	-	(2)	(2)
Outros ^(a)	-	3.000	3.000	-	-	-
	(578)	(2.301)	(2.878)	(18.607)	(835)	(19.442)

(a) Trata-se dos estornos de provisão com servidões ocorridas no exercício.

19 Resultado financeiro líquido

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	458	-
Descontos obtidos	-	6
Variações monetárias	43	7
Outras	109	-
	610	13
Despesas Financeiras		
Juros sobre debêntures	(8.151)	(2.822)
Variações monetárias sobre debêntures	(5.124)	(190)
Atualização monetária sobre contingências	(180)	(1.526)
Juros e multas	(35)	(32)
Outras	(65)	(12)
	(13.555)	(4.582)
	(12.945)	(4.569)

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

20 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros.

Os riscos econômicos e financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizadas pela Companhia.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom e pleno andamento dos negócios.

Compete a Administração revisar e estabelecer políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais estão resumidos abaixo.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de juros;
- Risco de crédito; e
- Risco operacional.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme tabelas abaixo:

Ativos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6.283	797
Ativo contratual	200.351	180.976
	<u>206.634</u>	<u>181.773</u>

Passivo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores	202	1.036
Debêntures	109.920	86.587
Partes relacionadas	-	27.321
	<u>110.122</u>	<u>114.944</u>

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado, apresentadas nas tabelas acima.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações contábeis.

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de estagnação econômica, perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros, oscilação das taxas de juros e preços dos produtos.

A Companhia adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia possa, eventualmente, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A Administração da Companhia busca uma gestão prudente do risco trabalhando para manter caixa compatível com as necessidades de desembolso, alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

Risco de taxas de juros

Visando à mitigação desse risco, a Companhia buscou captar recursos em longo prazo, com taxas pré-fixadas corrigidas pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo mesmo índice que são remunerados os ativos da companhia de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo.

Ativo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações financeiras	6.282	297
	<u>6.282</u>	<u>297</u>

Passivo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Debêntures	109.920	81.325
	<u>109.920</u>	<u>81.325</u>

Sensibilidade a taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, sendo assim, a Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

21 Cobertura de seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro Garantia e de Incêndio, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Não está incluído no escopo dos trabalhos de auditoria, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia.

TRANSMISSORA DE ENERGIA CAMPINAS ITATIBA - SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2022 as apólices com período vigente para esta Companhia são:

	DESCRIÇÃO DA GARANTIA
Seguradora:	Tokio Marine Seguradora S.A.
Apólice:	nº 061902016820707750006599
Tipo:	Seguro Garantia
Valor segurado*:	R\$ 8.083.600,00
Valor do prêmio*:	R\$ 697.625,75
Período de vigência:	23/06/2016 a 24/03/2022

Não houve a renovação de seguros após o vencimento da apólice, pois a obra foi concluída em 07/11/2021 não sendo necessária a renovação do seguro referente ao fiel cumprimento do projeto.

22 Eventos Subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram outros fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.